

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

SANDRA RENATA CRISTALDO CARDOSO

**O ASSENTAMENTO BARRA DO ITA EM BELA VISTA - MS:
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO E
AS PERSPECTIVAS ATUAIS**

**JARDIM
2011**

SANDRA RENATA CRISTALDO CARDOSO

**O ASSENTAMENTO BARRA DO ITA EM BELA VISTA - MS:
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO E
AS PERSPECTIVAS ATUAIS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária
de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau
de Licenciado em Geografia.**

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Soares de Oliveira.

**JARDIM
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

CARDOSO. S.R.C.

O assentamento Barra do Itá em Bela Vista - MS: algumas reflexões sobre a trajetória de formação e as perspectivas atuais / Sandra Renata Cristaldo Cardoso – Jardim: [s/n], 2011.

60 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Profa. Dr. Ana Maria Soares de Oliveira

1. Assentamento Barra do Itá. 2. História de Luta3. Aspectos de Formação

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos científicos.

Sandra Renata Cristaldo Cardoso

TERMO DE APROVAÇÃO

SANDRA RENATA CRISTALDO CARDOSO

**ASSENTAMENTO BARRA DO ITÁ: SUA HISTÓRIA DE
LUTA E ASPECTOS DE FORMAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:**

Orientadora: Prof.^a Dr. Ana Maria Soares de Oliveira

Coordenadora do Curso de Geografia, UEMS

Prof. Msc. Elvis dos Santos Mattos.

Professor do Curso de Geografia, UEMS

Profa. Msc. Gezeli Eberhard

Professora do Curso de Geografia, UEMS

Jardim, 30 de novembro de 2011

DEDICATÓRIA

À Telma, a professora que me ensinou que por mais difícil que sejam os momentos que estamos vivendo sempre existem motivos para se acreditar em um amanhã melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido força e sabedoria para conseguir concluir a minha graduação.

Agradeço aos meus pais Telma e Rubem por todo amor e paciência que sempre tiveram comigo, com eles aprendi que o caráter e a solidariedade são indispensáveis na vida de qualquer pessoa.

Agradeço aos meus irmãos Ana Márcia e Paulo Renato pela amizade e carinho.

Agradeço aos meus parentes pelo carinho e incentivo nesses anos de faculdade.

Agradeço também aos colegas de “buzão” pela companhia nesses quatro difíceis anos de “viagens” para Jardim. Principalmente Michele, Rodrigo e Camila que não foram apenas colegas e sim amigos de todos os dias.

E a todos aqueles que de uma maneira ou de outra participaram da minha vida acadêmica.

EPIGRAFE

“Não confunda jamais conhecimento com sabedoria.
Um o ajuda a ganhar a vida; o outro, a construir uma
vida.” (Sandra Carey)

RESUMO

Este trabalho foi elaborado a partir do estudo sobre o Assentamento Barra do Itá. O objetivo do mesmo foi apreender e compreender a trajetória de luta e de formação do Assentamento Barra do Itá dentro do contexto de disputas territoriais e de conflitos, que estão no cerne da questão agrária atualmente. Outro objetivo seria investigar qual é a realidade social e produtiva do assentamento hoje, bem como a “leitura” feita pelos assentados desta realidade, estabelecendo marco comparativo entre o antes e o depois. Para tanto se fez necessário, conhecer o processo de formação do assentamento através de pesquisas bibliográficas e documentais, e também pesquisa de campo. A partir da realização da pesquisa foi possível apresentar nesse trabalho as mudanças que ocorreram no assentamento Barra do Itá desde a sua formação e os reflexos dessas mudanças, do ponto de vista social e econômico, na vida dos assentados. A partir das entrevistas realizadas, foi possível identificar as principais dificuldades que a comunidade possui atualmente. Foi possível apreender também as expectativas atuais e futuras que se apresentam para esta comunidade sob a ótica do desenvolvimento rural, da viabilidade econômica e da segurança alimentar.

Palavras-chave: Assentamento. Questão Agrária. Reforma Agrária. Luta pela terra. Mudanças.

ABSTRACT

This work was elaborated from the study from the Barra do Itá settlement. The aim of the paper is to apprehend and to understand the trajectory to fight of formation the Barra do Itá settlement within the context of territorial disputes and conflicts, which are the heart now of the agrarian question. Other purpose would be to investigate the social reality and productive today's settlement, as well as the "reading" by farmers this reality, establishing march comparative between before and after the. For this, it was necessary know the process of formation the settlement by bibliographical research and documents, and also fieldwork. From search, was possible present this work the changes occurring on Barra do Itá settlement its earliest formation the reflexes these changes, in terms of social and economic the lives of the settlers. From of interviews performed, was possible identify the main difficulties the community currently has. Was possible apprehend current expectations and future who present at the community from the perspective of rural development, economic viability and food security.

Keywords: Settlement. Agrarian Question. Agrarian Reform. Fight for the Land. Changes.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Identificação dos lotes visitados por assentados entrevistados..... | 33 |
|---|----|

LISTA DE FOTOS

| | |
|--|----|
| Foto 1: Mostra a horta em um dos lotes visitados | 45 |
| Foto 2: Pequena plantação de eucalipto em um dos lotes | 46 |
| Foto 3: Entrada Principal da Escola do Assentamento..... | 51 |
| Foto 4: Situação Atual do Posto de Saúde..... | 52 |
| Foto 5: Poço que Abastece as Casas das Famílias no Assentamento..... | 53 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1- Modo de Obtenção do Lote dos Assentados Entrevistados no Assentamento Barra do Itá..... | 38 |
| Tabela 2: Produção das famílias assentadas entrevistadas..... | 44 |

LISTA DE SIGLAS

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

DTR - Desenvolvimento Territorial Rural

FMI – Fundo Monetário Internacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OMC – Organização Mundial do Comercio

PT – Partidos dos Trabalhadores

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

TDR - Territorialização– Desterritorialização-Reterritorialização

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL ... | 17 |
| 1.1. O Nascimento da Disputa Pelo Território | 17 |
| 1.2. A discussão em torno da Questão Agrária | 20 |
| 1.3. As Lutas dos Movimentos Sociais | 25 |
| 1.4. Características dos principais movimentos: o exemplo do MST | 28 |
| CAPÍTULO II - A TRAJETÓRIA DE LUTA E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO BARRA DO ITÁ..... | 31 |
| 2.1. Aspectos da Formação do Assentamento Barra do Itá..... | 31 |
| 2.1.1. A fase do acampamento..... | 34 |
| 2.2. Formação do Assentamento Barra do Itá: Organização Social e Produtiva..... | 35 |
| 2.2.1. Características atuais do assentamento e seu entorno | 37 |
| 2.3. Condições de Vida e Produção no Assentamento Barra do Ita na atualidade..... | 38 |
| CAPÍTULO III - SITUAÇÃO ATUAL DO ASSENTAMENTO BARRA DO ITÁ NA PERSPECTIVA SOCIAL E ECONÔMICA | 43 |
| 3.1. Características da produção no assentamento | 43 |
| 3.2. Análise da obtenção de renda | 47 |
| 3.2.1. A produção de leite..... | 48 |
| 3.3. Aspectos da Organização do Assentamento | 49 |
| 3.4. A Atual Estrutura dos Serviços a Comunidade | 51 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 54 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 57 |

INTRODUÇÃO

É sabido que o Brasil possui uma das estruturas fundiárias mais concentracionistas e excludentes do mundo, que se expressa por meio da forte concentração de terras e renda nas mãos de uma minoria, que historicamente se apropriou da terra, de forma legal e, sobretudo ilegalmente.

Segundo Oliveira (2011) cerca de 60% dos imóveis rurais no Brasil não possui, de fato, título de propriedade, além de não produzir. Na verdade são terras da União, que deveriam ser destinadas à reforma agrária, à demarcação de terras indígenas, quilombolas ou a formação de unidade de conservação ambiental, mas que estão nas mãos de grileiros.

Todavia, durante sucessivos governos a reforma agrária tem permanecido muito mais no discurso do que na prática. Foram, portanto, estas contradições, ou seja, a omissão ou descaso do Estado, e o não cumprimento dos caminhos legais para a realização de uma efetiva política de redistribuição de terras neste país que conduziu ao surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra, os quais ganharam força nos anos 1980.

Para Fernandes (2008, p.177) a maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que envolve o trabalhador sem terra e o governo, sendo palco desse conflito o processo capitalista de produção. A política de governo atual contempla a Reforma Agrária, porém a lentidão na realização da mesma acirra os conflitos sociais que desembocam em invasões/reivindicações por parte dos movimentos sociais de luta pela terra.

A dificuldade de entendimento das partes envolvidas na luta pela terra faz com que os processos de desapropriação se tornem cada vez mais demorada. Isto se justifica no fato de que existe um jogo de forças para se fazer valer os interesses das classes dominantes (capitalistas, latifundiários) geralmente apoiados pelo Estado, em detrimento dos trabalhadores sem terra, indígenas, camponeses, quilombolas, etc.

É, pois, com base nesses pressupostos que pretendemos apreender nosso objeto de estudo, ou seja, o processo de luta pela terra, de formação e desenvolvimento do assentamento Barra do Itá.

Para elaboração do trabalho, além de realizarmos pesquisas bibliográficas e documentais, também se fez necessária a pesquisa de campo. Assim, através de visitas aos lotes e conversas com os parceiros conseguiu-se material para elaboração desse trabalho. A pesquisa de campo foi pautada na observação da estrutura do assentamento e entrevistas com

os assentados. Cabe salientar que do universo de 46 famílias assentadas foram entrevistados 15 parceiros. As perguntas abrangiam questões como: chegada no assentamento, modo de obtenção do lote, produção, geração de renda e bem-estar.

Esse trabalho traz em seu primeiro capítulo, um resumo sobre o processo histórico da terra do Brasil, para que seja introduzida a discussão a cerca da Questão Agrária hoje no Brasil, nessa linha de discussão também se apresenta a Reforma Agrária como possível solução para esse problema, que, cada vez mais vem causando desigualdades sociais e econômicas em nosso país. No mesmo capítulo ainda serão apresentadas algumas considerações a cerca dos movimentos sociais no Brasil, apontando como exemplo um dos principais movimentos de luta pela terra no país, o MST.

No segundo capítulo, será apresentada a história de formação do assentamento, o projeto de sua criação, alguns relatos dos primeiros assentados e a situação atual da obtenção dos lotes.

No terceiro capítulo, será apresentada a situação atual do assentamento na perspectiva social e econômica, nesse sentido foram sistematizados todos os dados que foram conseguidos através da pesquisa realizada no assentamento.

CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

1.1. O Nascimento da Disputa Pelo Território

Não podemos pensar a Questão Agrária no Brasil dissociada da estrutura fundiária constituída historicamente via concentração de terras em posse de poucos, seja como reserva de valor ou voltadas para a produção capitalista em larga escala, bem como de um grande contingente de excluídos da terra, do acesso ao emprego e a geração de renda. Por conseguinte os rebatimentos dessa estrutura excludente e concentradora se revelam por meio das desigualdades sociais e dos conflitos envolvendo a luta pela terra.

No Brasil essa questão já vem sendo discutida desde a década de trinta (1930), de acordo com Graziano da Silva (2007, p.7) devido à “crise do café e a queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929”. Porém, vale destacar que o Brasil é um país marcado pela colonização européia, que provocou, a partir de 1500 com a chegada dos portugueses, a modificação do território já ocupado pelos indígenas, que nele estavam desde o período pré-histórico.

De acordo com Andrade (2002, p.13), os portugueses “iniciaram a exploração da terra com apropriação de produtos naturais, vegetais e animais”, e apesar de haver resistência indígena a dominação portuguesa não se conseguiu impedir que a exploração agrícola se iniciasse.

Para que houvesse a exploração agrícola era necessária a existência de mão-de-obra, então as nações indígenas começaram a ser substituídas pelos negros que começaram a ser trazidos da África, porque os colonizadores consideravam que a mão-de-obra indígena não seria suficiente para atender a demanda para implantação de uma economia voltada à produção para o mercado externo. Esse fato teve início na primeira metade do século XVI, os comerciantes de escravos portugueses vendiam, para os fazendeiros, os africanos como se fossem mercadorias aqui no Brasil, os mais saudáveis chegavam a valer o dobro daqueles mais fracos ou velhos, porque seu rendimento no trabalho era considerado melhor.

Mas na verdade, no caso indígena, o conflito que se observa nessa época não era apenas pela conquista do território, era também uma luta para preservar seu espaço de sobrevivência, portanto a garantia da continuação da sua cultura e modo de viver. E no caso dos escravos, eles já eram tirados de sua pátria para prestar serviços aos seus senhores e, além

de trabalhar para receberem como pagamento apenas a alimentação que na maioria dos casos não eram de qualidade eram tratados de maneira sub-humana. Então, a única maneira de escapar dessa opressão era os quilombos (locais de resistência à escravidão) que abrigavam os escravos que fugiam das grandes fazendas.

Passado o período da instalação portuguesa, em 1536 foi instituído, pelo rei de Portugal, Dom João III, as capitanias hereditárias. No total foram instituídos 14 distritos, que foram partilhados em 15 lotes e repartidos entre 12 donatários, indivíduos que receberam as terras como doações do governo português e em contrapartida tornaram-se pessoas de confiança da realeza portuguesa.

Pode-se dizer que a implantação do sistema das sesmarias, o qual inicialmente foi estabelecido em Portugal por volta de 1375, foi o marco da colonização do território brasileiro, a partir desse novo sistema.

Nesse sentido Andrade explica que:

Na sesmaria, o beneficiário da dádiva real ou do donatário da capitania tinha apenas a posse da terra, permanecendo o domínio com o doador, consagrando a grande propriedade no território da colônia em formação. Para explorar as grandes propriedades os sesmeiros passaram a utilizar mão-de-obra escrava, importada da África, de vez que logo compreenderam que os indígenas não seriam suficientes para atender a demanda. (ANDRADE, 2002, p.14)

Graziano da Silva (2007, p.25) afirma que diante da necessidade de utilização de mão-de-obra “[...] surgiram os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão-de-obra na colônia, uniram-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos”. Desse modo, o domínio do latifúndio escravista, se tornou “o eixo de atividade econômica da colônia” (GRAZIANO DA SILVA, 2007, p.26).

Porém já havia pessoas que estavam ligadas a essas atividades das grandes fazendas. Pessoas brancas que não faziam parte da senhoria, alguns escravos que já tinham sido libertos, inclusive os indígenas e os mestiços. Então, cada um desenvolvia um tipo de atividade seja de empregados nas fazendas, seja de comércio, e outros ocupavam (posseiros) pequenas porções de terras onde praticavam a agricultura para a sua subsistência e também já vendiam uma parte dessa produção. Graziano da Silva (2007, p.26) afirma que “Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos”.

Nessa época também havia a produção alimentar nos latifúndios, mas essa tinha como objetivo principal a exportação, logo os produtos comercializados no mercado interno

eram produzidos pelos pequenos produtores, os quais pagavam aos senhores para ocupar a parte da terra onde produziam.

O sistema de sesmarias foi utilizado durante três séculos, o qual foi substituído, em 1822, pelo sistema de posse de terra. Quanto a essa extinção Graziano da Silva (2007, p.27) argumenta que: “No início do século XIX, a extinção do regime de sesmarias, aliada à ausência de outra legislação regulando a posse de terras devolutas, provoca uma rápida expansão dos sítios desses pequenos produtores”.

Ainda nesse século, ocorreu o declínio do regime de escravidão e a emergência do regime de colonato. Nesse contexto foi implantada a Lei de Terras (1850), dando origem à propriedade privada da terra, uma vez que esta só deveria ser adquirida por meio de compra e venda.

A partir desse momento se acentuam os problemas relacionados à distribuição de terras e a dificuldade de obtenção da mesma, pois nessa época eram vendidas por preços altos, logo, os trabalhadores livres (colonos imigrantes, escravos libertos, brancos descendentes de portugueses pobres, etc.) sem poder aquisitivo para comprá-las tiveram de trabalhar como assalariados, ou obtê-las por meio de pequenas posses nas áreas de expansão das fronteiras das grandes propriedades. (MOREIRA, 1980)

Nesse caso, do preço elevado das terras, o principal beneficiado foi o latifundiário, como explica Andrade:

[...] Com esse sistema, criava-se a dificuldade do acesso do pequeno produtor à propriedade da terra e se mantinha a garantia ao latifundiário, tanto de sua propriedade como também de uma mão-de-obra barata. Havia, portanto, um retrocesso em relação ao sistema dominante 1822/50, e se consolidavam o poder e a importância do latifúndio na agricultura brasileira; importância e poder até hoje mantidos, apesar da luta permanente dos grupos pobres do meio rural brasileiro, para terem acesso à propriedade da terra. (ANDRADE, 2002, P.14)

Através dessa discussão, pode-se entender a origem do problema da má distribuição da terra em nosso país, já que desde o início da colonização a terra já se encontrava concentrada na mão de poucos, excluindo do acesso a mesma um grande contingente de camponeses, gerando assim profundas desigualdades territoriais e, conseqüentemente sociais, no Brasil.

1.2. A discussão em torno da Questão Agrária

A questão agrária perpassa, portanto pela concentração fundiária e a má distribuição de terras, que deixa a margem inúmeras famílias sem terra para trabalhar. Nesse sentido Fernandes (2008) destaca que

A Questão Agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. É possível não querer vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela será descortinada dia a dia. Pode-se afirmar que é coisa do passado, mas é do presente, estar ali, aqui e naquilo, em todo lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. (FERNANDES, 2008, p.176)

Ainda de acordo com Fernandes a questão agrária está associada ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e às contradições decorrentes desse processo, que gera desigualdades e conflitos:

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a contradição estrutural da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos (FERNANDES, 2008, p.176)

Já que envolve problemas estruturais relacionados à desigual distribuição de terras no Brasil, acaba causando inúmeros conflitos de ordem social e política que se refletem atualmente em inúmeros conflitos em torno na disputa pela terra. A solução para o problema da questão agrária seria a Reforma Agrária a qual se apresenta como uma perspectiva de igualdade e cidadania para o camponês.

Assim, a Reforma Agrária se apresenta como uma maneira de redistribuir as terras, no sentido de possibilitar o desenvolvimento territorial rural, esse desenvolvimento pode ser compreendido de acordo com Fernandes (2008) através da seguinte análise:

O Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) acontece por meio de um processo geográfico denominado TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização), caracterizando uma multiterritorialidade, em que se observam os processos integralizadores, que também são excludores e ressocializadores. É nesse movimento contraditório e paradoxal que promove o desenvolvimento em que o mercado. O Estado e a sociedade conflitam e se reúnem para superar os problemas, criando alguns e ainda prolongando outros. (FERNANDES, 2008, p.215).

Entende-se então, que o desenvolvimento territorial rural se dá a partir do momento em que o espaço se modifica. Todavia, faz-se necessário esclarecer que o conceito de território é explicado pela Geografia como delimitação de área, também delimitação de poder, nas áreas em que prevalecem as relações de domínio, como explicam Saquet e Sposito (2008, p.17) “o território é entendido como uma área controlada e delimitada por alguma autoridade, resultado de estratégias de influência social”.

Mas não podemos entender o território somente como uma disputa política, faz-se necessário entendê-lo também como palco das relações sociais, onde acontecem os conflitos e onde são geradas as soluções para os problemas. Saquet e Sposito destacam ainda que:

O território, assim, além de área e formas espaciais, significa conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica socioespacial. E o desenvolvimento é marcado pela especialização produtiva local e, ao mesmo tempo, pela agregação territorial, por mudanças/ inovações e por permanências sociais e territoriais. Dito de outra maneira há, no território, um desenvolvimento desigual e combinado. (SAQUET e SPOSITO, 2008, p.17)

Quando se refere à expressão “desigual e combinado”, entende-se que existem diferentes características em um mesmo território, resultantes do desenvolvimento das forças produtivas, no contexto do modo de produção capitalista, tanto no espaço urbano como no espaço rural. Essas transformações e desigualdades se expressam, na discussão em questão, por meio da estrutura fundiária concentrada que exclui um grande contingente de brasileiros do acesso a terra. No caso a Reforma Agrária seria fundamental para reduzir os problemas sociais e os conflitos em busca de um desenvolvimento rural que iguale a estrutura do nosso território.

Em relação a essa estrutura fundiária, Graziano da Silva (2007, p. 94) explica que o monopólio latifundiário promove uma desigualdade social que desestrutura o campo, pois as condições de trabalhos e recursos tecnológicos que as grandes fazendas possuem não se comparam a estrutura de uma pequena parcela de terra. Desse modo, as principais reivindicações dos trabalhadores rurais tem sido a “redistribuição de renda, de poder e de direitos”.

Então, o sentido da Reforma Agrária seria dar condições de cidadania para os trabalhadores do campo, para isso se faz necessária a implantação de um novo modelo de desenvolvimento, o qual pode ser idealizado a partir da constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em sua obra Graziano da Silva (2007) traz esclarecimentos que diferem a Questão Agrícola da Questão Agrária:

A questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc. (GRAZIANO DA SILVA, 2007, p.11)

A questão agrícola no Brasil teve avanços com o desenvolvimento do capitalismo no campo e, sobretudo no contexto de modernização da agricultura, resultando em aumento da produção e da produtividade do trabalho com a introdução da tecnologia no campo. Todavia cabe destacar que a melhoria se deu mais especificamente do ponto de vista da questão agrícola, embora não seja todos os produtores rurais que tem acesso a esse benefício em sua propriedade.

Graziano da Silva continua essa discussão argumentando que a Reforma Agrária seria “uma resolução para a crise agrária brasileira e não mais para a crise agrícola: ela é apenas uma reivindicação dos setores populares” (2007, p.103), e destaca que a questão agrária esta sendo agravada pelo modo como tem se expandido as relações capitalistas no campo. Para entender esse processo, basta nos reportarmos a 1850, quando da criação da Lei de nº 601 (Lei de Terras). Por um lado esta lei restringiu o acesso às terras (devolutas ou não) àqueles que tinham como comprá-las. Por outro, criou “as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista” (Graziano da Silva, 2007, p.28).

Desse modo, já que as terras deveriam ser compradas para a produção, e como o regime de escravidão em declínio abria a perspectiva de criação do sistema de trabalho assalariado, subentende-se que é a partir de 1850, com a referida lei, que as questões agrárias se iniciam.

O fim do latifúndio escravista é anunciado em 1888 com a abolição da escravatura, a partir desse ano “começa a se consolidar no país um segmento formado por pequenas fábricas de chapéus, de louças, de fiação e tecelagem, etc” (GRAZIANO DA SILVA, 2007, p.28). Assim, a instalação dessas fábricas possibilitou o fortalecimento da economia dos centros urbanos, bem como o estímulo da produção nas pequenas propriedades,

especialmente de produtos alimentícios e matéria-prima destinada a comercialização, estimulando por sua vez o mercado interno.

Graziano da Silva (2007, p.29) salienta que “o período que se estende de 1933 a 1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira” com a consolidação do setor industrial como principal fonte de acúmulo de capital, já no período 1955/61 ocorreu à instalação das indústrias de base: petroquímica, siderúrgica, material elétrico, etc. e, a partir desse momento inicia-se o processo de “industrialização da agricultura” como explica Graziano da Silva:

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase da industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fabricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois da constituída indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois da implantada siderurgia; e assim por diante. O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses “novos” meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias de produtores rurais. (2007, p.30-31)

É claro que essa industrialização não se deu de maneira igual. A mesma beneficiou a grande produção em detrimento dos pequenos camponeses e daqueles que lutavam para ter terra para trabalhar.

No período que se estende entre 1961 e 1967 houve um considerável aumento nas propriedades rurais, porém o destaque de crescimento continuou a ser do latifúndio. E no período seguinte (1967/72) o crescimento ocorreu apenas no número de grandes propriedades, ocupando o espaço das pequenas. Esse aumento ainda foi observado nos anos 1972 e 1976, porém nesse último período, houve, ainda que em menor número, o crescimento das pequenas propriedades.

A partir da década de sessenta com o início da industrialização, as fazendas começaram, em grande parte, a produzir matéria prima para a indústria e produtos destinados a exportação, então era necessário abastecer o mercado interno de alimentos, por isso as fazendas que comercializavam no mercado interno começaram a praticar a monocultura para conseguir abastecer esse mercado cada vez maior.

Mediante o exposto percebe-se que a Questão Agrária perpassa pelo processo de organização e formação do Espaço Agrário brasileiro e seus diversos ciclos produtivos ao longo da história, passando pelo período de modernização e industrialização da agricultura. Nesse contexto a terra e a riqueza têm sido cada vez mais concentradas nas mãos de poucos, gerando um grande contingente de expropriados da terra e de direitos. Como reflexo do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Atualmente, os problemas em torno da produção de alimentos e da falta de renda de muitos camponeses e trabalhadores rurais e urbanos são reflexo das desigualdades geradas por esse processo de desenvolvimento das forças capitalistas de produção.

Nesse sentido, Norder (2004, p.204) destaca que “A problemática alimentar não se restringe, portanto, apenas aos ‘pobres’ e ‘indigentes’, mas também a grande parte dos trabalhadores assalariados rurais e urbanos.” Portanto, é fato dizer que existe fome no campo, a necessidade de alimentação, faz com que os pequenos proprietários deixem suas propriedades para buscar outra fonte de renda.

Esse fato pode ocorrer por diversas maneiras seja pela falta de subsídios para realizar a sua produção, falta de produtividade da terra ou excesso de pessoas para sustentar. O qual também faz parte da atual questão agrária¹.

Não se pode negar que a industrialização brasileira era necessária, mas o crescimento econômico se deu de maneira desigual, se tornando um processo excludente, todas as regiões do país cresceram de maneira desigual, sendo que umas se desenvolveram mais que as outras. O sistema capitalista visa apenas o lucro e não o bem-estar do cidadão, por isso caminha junto com as grandes produções.

Então a Questão Agrária se agrava cada vez mais, trazendo para o centro do debate a reforma agrária como explica Graziano da Silva:

E enquanto milhões de hectares de terras férteis e bem localizadas são retidos improdutivamente, outros milhões são apropriados, à custa de trambiques e violência, por grandes empresas capitalistas [...] Como resultado disso são expulsas do campo, a cada ano que passa milhares de famílias, que não tem para onde se dirigir a não ser às favelas das periferias das cidades. É por isso que a reforma agrária aparece hoje como a única solução democrática possível para a questão agrária. (2007, p.104-105)

¹ Cf. GRAZIANO DA SILVA, 2001.

O desafio que se coloca diante dessa estrutura fundiária concentradora e excludente é a perspectiva de realização de uma reforma agrária que vá além da redistribuição de terras. Uma reforma agrária que aponte para a possibilidade de única solução que se cabe atualmente é a reforma agrária, um verdadeiro desafio de reestruturar a atual estrutura agrária, instituindo um novo modelo de gestão da terra mais justo em termos humanos e também pensando nos problemas ambientais.

1.3. As Lutas dos Movimentos Sociais

Os Movimentos Sociais referem-se à perspectiva de mudança social, isto é, a possibilidade de superação das condições de opressão e da construção de uma nova forma de sociedade.

De acordo com Miranda, Castilho e Cardoso:

A questão dos movimentos sociais e participação popular remetem sempre à problemática das classes sociais oriundas da sociedade capitalista. Nesta relação de classes antagônica e contraditória, os movimentos sociais, a participação popular, as greves e as reivindicações são formas de expressão na luta por melhores condições de existência [...] Vários tipos de enfrentamento vão surgindo no decorrer do desenvolvimento do capitalismo, em que os operários vão se organizando, de forma lenta, mas constante, em associações e sindicatos, e a partir deles ocorrem “movimentos de interdependência”. A teoria marxista mostra a importância do processo de formação de consciência de classe, por meio da qual o trabalhador descobre que seus interesses são divergentes das classes dominantes. (MIRANDA, CASTILHO e CARDOSO, 2009, p.177)

Sendo assim, é a partir do momento em as pessoas se conscientizam de que seus ideais são diferentes dos ideais das classes predominantes, que os grupos se reúnem na luta por igualdade de direitos. Ainda, durante, o período militar se organizaram os primeiros movimentos sociais de luta pela terra.

De acordo com Andrade (2002) as organizações camponesas tornaram-se mais freqüentes nos meados do século XX, com a criação dos primeiros sindicatos.

Há que se destacar que os movimentos sociais são a principal forma de organização e ação popular, seguindo na luta por seus objetivos e apresentando sua própria identidade. Nesse sentido, segundo Foschiera (2010, p.79) “A identidade terá a função de cimentar as fragmentações, será o elemento que servirá de elo de ligação para a pluralidade social formadora do movimento, será a forma de construir a unidade na diferença”.

As Ligas Camponesas, nos anos 1960, se formaram sob o propósito de melhorar as condições de vida no campo, e já reivindicavam a resolução da questão agrária. Mas foi no período militar (que se estendeu de 1964 até 1985) que esse movimento foi mais perseguido.

De acordo com Foschiera (2010, p.75) os movimentos sociais que se organizaram até o golpe militar de 1964, foram denominados Velhos Movimentos Sociais, por terem características, de acordo com sua formação, de uma época já superada. No período anterior à década de sessenta os movimentos sociais existiam, mas não tinham muita força porque não eram de certa forma bem articulados por seus integrantes, praticamente só os líderes que agiam.

A partir da década de sessenta os movimentos sociais ganharam força. De acordo com Foschiera (2010, p. 76) “Os modelos políticos social-democratas colocados em prática no período pós-guerra apenas minimizaram ou recriaram, em outros níveis, as formas e desigualdades sociais, econômicas e políticas, sem eliminá-las”. E a partir do crescimento das desigualdades sociais e das injustiças políticas, os cidadãos começaram a fortalecer a idéia de união pela busca de seu ideal que era a conquista da terra. Foschiera, ainda afirma que:

O enfoque da análise dada pelos movimentos sociais vai sendo deslocado das relações de produção de trabalho para questões mais gerais, como preocupações com o meio ambiente e o direito à vida. Também, passaram a ser destacadas novas formas de opressão, para além das relações de produção (e sequer são específicas delas), como guerra, racismo, machismo, produtivismo, e a defesa de um novo paradigma social, baseado mais na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e no bem-estar material. (FOSCHIERA, 2010, p.77)

Os denominados Novos Movimentos Sociais começaram a se manifestar, praticamente, no início da década de setenta. Nessa época os movimentos sociais rurais, se fortaleceram e com isso surgiram inúmeros sindicatos rurais espalhados por todo o país. Estes movimentos também mobilizavam professores e universitários, os quais acabavam ajudando na organização dos grupos.

Esse período caracterizou-se uma nova forma de sindicalismo, que realmente enfrentavam seus patrões na busca por condições mais dignas de trabalho, de acordo com Foschiera essa força que o sindicalismo adquiriu chegou ao meio rural, recebendo inclusive o apoio da Igreja.

Na década de 1980, criou-se a Via Campesina, a qual segundo Foschiera (2010, p.97) “está ligada ao estreitamento das relações entre ativistas de organizações rurais de vários continentes, ligados a mudanças na governança mundial e ao viés neoliberalizante

tomado pelas políticas agrícolas mundiais naquela época.” Essas mudanças na governança mundial citadas pelo autor estão ligadas ao fortalecimento da OMC, FMI e Banco Mundial, ocasionado pela proposta de globalização.

A criação do partido do PT (em 1980) fortaleceu os movimentos sociais já que pautava na idéia de “Ciclo de esquerda” (FOSCHIERA 2010, p.86), envolvendo não somente os trabalhadores rurais, mas também a Igreja, intelectuais e outros grupos que reivindicam seus direitos junto ao Estado. Todavia, no início dos anos 1990, os movimentos sociais se enfraquecem.

Muitos dos Movimentos com a atuação em áreas geográficas específicas não conseguiram se inserir em lutas mais amplas e/ou cotidianas estavam limitadas as reivindicações setoriais; portanto, ao perceberem suas demandas atendidas em parte, ou na totalidade, não mais viam a necessidade de se manterem organizados, cabendo aos novos governantes, por meio da gestão pública democrática e participava, encarregar-se de resolver os problemas sociais. Por outro lado, governantes de esquerda não conseguiam elaborar um projeto quês servisse a toda população. (FOSCHIERA, 2010, p.86)

Percebe-se que nesse momento ocorreu fragilidade tanto nas ações como na própria organização dos movimentos sociais. As lutas não tinham mais a força coletiva, então ocorriam rompimentos nos ideais e divergências. Essas divergências podem estar ligadas as tomadas de decisões a respeito das ações que o grupo realiza, já que dentro de um grupo que luta por um mesmo ideal pode haver várias maneiras e/ou vários pensamentos a respeito das ações a serem praticadas. Inclusive, foi nessa época que a Igreja Católica deixou de apoiar a ação dos movimentos sociais. Porém, o objetivo nunca pode ser esquecido que é o fortalecimento da sociedade perante as injustiças cometidas.

Atualmente os movimentos sociais se encontram adaptados as lutas que se travam de acordo com os novos aspectos trazidos pela globalização. Os atuais movimentos sociais não reivindicam apenas questões trabalhistas ou campesinas. Segundo Foschiera (2010, p.97) “é importante destacar que nele se agregam discussões para além da classe, como de gênero, questão ambiental, cultura, entre outras” estando assim, a frente dos interesses de todas as esferas da sociedade.

1.4. Características dos principais movimentos: o exemplo do MST

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, sendo mais conhecido por sua abreviação: MST surgiu em 1984, com a proposta de lutar pela posse da terra e o acesso ao trabalho, com objetivo de formar uma nova sociedade.

De acordo com Carter (2010, p.37) “é um dos movimentos mais duradouros da história [...] retrata de modo emblemático as contradições que perpassam a desigual sociedade brasileira”. Além da luta por igualdade é importante destacar que é um movimento que envolve a integração de famílias na lutas por seus objetivos; como ressalta Andrade:

Em um país machista como o Brasil, o MST valorizou o trabalho feminino, utilizando a ação das mulheres, fazendo que as companheiras e filhos dos camponeses participem ativamente da ocupação de terras. A integração da família na ação é da maior importância, uma vez que no meio rural a mulher e as crianças acompanham o homem nos trabalhos diários. Esta participação assegura uma formação política e profissional aos jovens. (ANDRADE, 2002, p.18)

A força do movimento pode estar justamente nesse aspecto, pois a união que uma família apresenta é maior do que a união de um simples grupo, e como são inúmeras famílias unidas, é evidente que a força interna no grupo será maior.

A respeito das lutas camponesas o MST é a principal organização que busca a distribuição igualitária de terras no Brasil, então reivindica a distribuição de terras para seus integrantes:

[...] o Movimento tem uma visão de totalidade da vida e da sociedade, não dividindo o social, o político e o econômico em compartimentos estanques, mas encarando-os como uma totalidade, de forma integrada. Esta visão de mundo e da vida faz com que haja maior fraternidade entre os companheiros, dentro de cada grupo, entre os vários grupos. (ANDRADE, 2002, p.18)

O MST não é o único movimento social que tem como principal objetivo a reforma agrária, porém é o principal. De acordo com Souza (2010, p.106) o mesmo caracterizou-se por “desafiar francamente o status brasileiro contemporâneo por ir de encontro aos ideais de expansão do latifúndio capitalista.

Essa proposta de ação pela igualdade causa inúmeros conflitos, inclusive violentos nos momentos em que acontecem os confrontos. Fernandes explica que existem para esses integrantes diferentes sentimentos no desenrolar de sua luta:

A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra. Medo porque a luta pode levar a conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia [...] o espaço de luta e resistência que se materializa por meio da ação das famílias que ocupam uma propriedade privada ou uma propriedade pública, ou apenas acampam nas margens de uma rodovia. (FERNANDES, 2008, p. 218)

Não se pode descartar o fato de que o confronto existe, porque ainda de acordo com Fernandes (2008, p.219) “A ocupação de terras é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista”, então quando o movimento realiza alguma ocupação já inicia o processo, por parte dos responsáveis pela área, de vigiar todas as suas ações. Essa vigia muitas vezes é feita por homens armados que trabalham para os proprietários das fazendas onde se instalam os grupos. Quanto aos conflitos e a ação do Estado o autor explica que:

Os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado. E os governos têm dado diferentes respostas para a questão da terra. Ora tratando como políticas compensatórias, ora ensaiando a questão como desenvolvimento territorial. Por meio das ocupações de terras, os sem-terra mantêm na pauta política a questão da reforma agrária. As ocupações de terra tornaram-se umas das principais formas de acesso a ela. É, portanto uma forma de criação e recriação do campesinato. Ainda, a pressão política das ocupações de terra obrigou o Estado a procurar soluções para os conflitos ora com assentamento das famílias, ora com repressão política. (FERNANDES, 2008, p. 219)

Entende-se que o Estado está a serviço do capitalismo no mundo globalizado, porém o seu dever é o de garantir qualidade de vida aos cidadãos, por isso é que suas ações perante a Questão Agrária alternam entre as políticas compensatórias e as repressões.

Ainda de acordo com o autor acima citado o Estado não consegue acompanhar os conflitos e solucioná-los, seu principal órgão de acesso a reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, não se mostra eficiente para administrar e solucionar os problemas referentes à Questão Agrária.

Quanto às ocupações de terra, entende-se que é a maneira em que o movimento sem terra adota para que seus integrantes sintam-se mais próximos de alcançar seu principal objetivo que é conseguir sua própria terra para trabalhar com dignidade.

A principal luta camponesa consiste, portanto na busca da resolução da questão agrária, ou seja, da realização da reforma agrária, pautada na reestruturação da distribuição de terras no país. Está prevista por lei de acordo com o Estatuto da Terra, mas até agora foram

realizadas poucas ações de distribuição de terras. A Constituição da República Federativa do Brasil (promulgada em 5 de outubro de 1988) de acordo com seu artigo 184 dispõe:

Artigo 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)

A função social da terra é reconhecida a partir do momento em que a mesma está sendo trabalhada com fins de produção. Quando ela não está sendo ocupada, considera-se que sua função social não está sendo cumprida. Como prevê o artigo 186:

Artigo 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)

A formação de assentamentos é o retrato da organização das famílias que participam da tentativa de implantação de reforma agrária no país. É a política que o governo aplica de acordo com a lei que visa garantir a reforma agrária. A verdade, é que por esse conflito de busca da posse da terra, inúmeras famílias acabam por encontrar dificuldades para obter alimentação.

É necessário destacar a importância do papel do pequeno camponês na produção de alimentos, tendo em vista que muitos deles, inclusive os assentados de reforma agrária, através de seu trabalho, conseguem produzir em suas terras não somente para a sua subsistência e da família, mas também para a comercialização, como forma de complementação da renda e de atendimento das necessidades da sua família.

Há que se destacar que a produção de alimentos para comercialização, se caracteriza apenas como uma parte das relações de produção camponesa em, especial dos assentamentos de modo geral, pois de acordo com Fernandes (2008, p.175) “quando as famílias são assentadas elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência”.

CAPÍTULO II - A TRAJETÓRIA DE LUTA E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO BARRA DO ITÁ

2.1. Aspectos da Formação do Assentamento Barra do Itá

Mediante o exposto no primeiro capítulo, acreditamos ser de fundamental importância apreender o processo de luta, de formação e, sobretudo de desenvolvimento socioeconômico do Assentamento Barra do Itá, dentro do contexto de disputas territoriais e de conflitos que estão no cerne da Questão Agrária hoje.

O Assentamento Barra do Itá localiza-se a 30 km da cidade de Bela Vista-MS e a 45 km da cidade de Antônio João-MS. De acordo com sua medição original, possui uma área aproximada de 1.498, 667 hectares, sendo que dessa área total 1.400 hectares são de terras aptas para a realização da agricultura e o restante composto por solo pedregoso.

O referido assentamento originou-se a partir da disponibilidade da área (de acordo com Relatório da AGRAER de 1989) por um fazendeiro da região. Fazenda esta intitulada Barra do Itá que era de propriedade de Aníbal Dário Heisecke Ferreira, conforme portaria nº 352 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de junho de 1986 a qual trazia a seguinte resolução:

Aceitar a doação da área de 1.500 hectares, que constitui parte do imóvel “Barra do Itá”, situado no Município de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, de propriedade de ANÍBAL DÁRIO HEISECKE FERREIRA e sua mulher EUGÓLIA CARDOSO HEISECKE. (INCRA, 1986)

Mas seu projeto de criação só foi aprovado no dia 4 de junho de 1987, através da liberação do então presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ruben Ilgenfritz da Silva. O passo seguinte seria a implantação do assentamento e desenvolvimento da área já demarcada. Para o INCRA, (1989, p.04) o principal objetivo do Projeto de Assentamento Barra do Itá “é alcançar o bem estar social das 46 famílias de trabalhadores rurais ali assentadas.”

Ainda de acordo com suas demarcações originais foram divididos 47 parcelas rurais e um centro rural (Figura1). Foram também construídas 15 km de estradas vicinais para facilitar o acesso às parcelas, assim como 130 marcos de limite e 70 marcos de orientação.

Apesar de terem sido demarcadas 47 parcelas, o lote de nº 35 não foi considerado originalmente no assentamento, pois de acordo com a pesquisa realizada no projeto do assentamento pelo INCRA², este lote possuía alta pedregosidade, o que impediria que houvesse produção.

A distribuição dos lotes se deu a partir da aprovação dos cadastros que já vinham sendo feitos nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais das cidades de Antônio João-MS e Bela Vista-MS.

Então, 46 cadastrados foram chamados e fixados na área demarcada para formar o assentamento, considerando que na época o número médio de pessoas era cinco por família³, totalizou assim 150 pessoas que passaram a viver no assentamento.

O Roteiro do Projeto definitivo do Assentamento Barra do Itá foi elaborado em 1989 pela AGRAER⁴, o qual apresenta esclarecimentos sobre a origem da população do Barra do Itá, relatando que:

A grande maioria dos assentados é da própria região do assentamento alguns são originados de outras regiões do país, mas já radicados nessa região a algum tempo. Possuem aptidão agrícola, pecuária e também outras atividades como, por exemplo, criação de pequenos animais. A maioria dos parceiros é nativa da própria região, alguns são oriundos de outros estados principalmente sulistas. (AGRAER, 1989, p.03)

Essa informação a respeito da origem dos camponeses se confirmou no momento das entrevistas. Considerando o total dos 15 parceiros entrevistados 11 confirmaram ser da região, e apenas três confirmaram a origem sulista como previa o relatório.

² Conforme levantamento feito junto à Unidade Regional sediada em Jardim-MS.

³ Conforme o relatório da AGRAER.

⁴ Material fornecido pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, unidade de Bela Vista – MS.

2.1.1. A fase do acampamento

Mas, no primeiro momento de ocupação, os camponeses tiveram de montar acampamento para esperar a divisão dos seus lotes. De acordo com os relatos conseguidos através da pesquisa realizada no assentamento, esse foi um período de muito sofrimento para os trabalhadores acampados, pois ficaram em barracos juntamente com suas famílias sem qualquer tipo de proteção em relação às mudanças de tempo, sem fonte de renda segura e sem condições para iniciar o trabalho com a terra. A única ajuda que alguns recebiam era uma cesta de alimentação.

A questão do acampamento faz parte do processo de luta pela terra ou de “construção do território”, como explica Moreira e Rodrigues:

[...] o Acampamento se constitui no primeiro estágio de um processo de construção de um Território de Esperança. Ele significa a luta pela substituição do território, baseado na exploração e na subordinação por outro onde a solidariedade, a produção para a garantia da sobrevivência e não para auferir lucro, a autonomia camponesa, a busca de novos paradigmas regem as relações sociais. (MOREIRA e RODRIGUES, 2009, p. 9)

E é na busca pela construção de seu próprio território que esses acampados se mostram unidos pelo bem-estar de todos, como continuam relatando as referidas autoras: “no momento do acampamento, os interesses convergem numa só direção: a conquista da terra. É esse interesse que integra os assentados e os une.” (MOREIRA E RODRIGUES, 2009, p. 10) Todavia só se sentem bem quando recebem a sua terra e iniciam seus trabalhos. O obtenção do lote passa a expressar, então a autonomia camponesa.

Na fase do acampamento, os maiores problemas enfrentados pelos camponeses foram a falta de estradas, problemas com o tipo da água, divisão de lotes, infra-estrutura em geral. Quanto a essa condição de acampado e de luta para conseguir a terra Menegat (2009) salienta:

Na luta pela conquista da terra, encontra-se associado um outro significado, aquele de não dever favores a ninguém para chegar até o momento da obtenção do seu pedaço de chão. Mesmo agradecendo aos governantes, mostram que foi resultado de suas próprias conquistas, por meio do investimento de suas próprias lutas. Por isso percebemos que a terra conquistada, para esses trabalhadores e essas trabalhadoras, tem um sabor de recompensa por seus esforços ou, como dizem, por seus “sofrimentos”. Nessa perspectiva, a terra não é vista, como um presente, uma benesse concedida pelo governo às famílias. Ao contrário, ela expressa, antes de

tudo, o resultado de suas próprias lutas e não um favor do poder público em prol das famílias sem-terra. (MENEGAT, 2009, p.90)

De acordo com as entrevistas efetuadas o tempo de acampamento variou de um assentado para outro, alguns contam ter ficado um ano, outros dois e inclusive três como relatou uma das entrevistadas. Mas o que nenhum deles esqueceu até hoje foram às dificuldades por eles enfrentadas naquela época, como explica Sr^a Marilene “A gente não recebia apoio, passamos fome, sofremos muito nessa época.”⁵

2.2. Formação do Assentamento Barra do Itá: Organização Social e Produtiva

Após a fase do acampamento se inicia a ocupação dos lotes, de acordo com o relatório fornecido pela AGRAER, num primeiro momento todos os lotes foram ocupados por assentados que dispunham de uma carta de anuência passada pelo INCRA. Nessa situação permaneceram até que lhes fosse concedida a posse definitiva de sua parcela. Segundo Sr. Canteiro⁶ esse órgão do governo “incentivava a boa vizinhança”, de modo que não houvesse conflitos em meio o processo de distribuição dos lotes.

A primeira forma de organização da comunidade foi à formação da associação dos assentados. Esta foi o instrumento encontrado por eles para viabilizar recursos, e reivindicar melhorias para as condições de vida e produção no assentamento.

Para que iniciassem o seu trabalho com a terra os assentados receberam um fomento⁷ para a compra de material e sementes. Na época em consequência do pouco tempo nos lotes definitivos, as tecnologias utilizadas foram: desmate mecânico, utilização de insumos nas lavouras e mecanização com trator de pneus nas áreas para agricultura.

Com relação à fertilidade do solo cabe dizer, com base no relatório da AGRAER que:

Boa parte dos lotes conta com solos de razoável fertilidade natural e suportam o plantio de culturas anuais ou perenes. Os lotes de solos mais fracos dependem da aplicação de corretivos e fertilizantes, mas também devem responder satisfatoriamente a implantação de atividades agropecuárias. (AGRAER, 1989, p.14)

⁵ Entrevista realizada em Agosto de 2011.

⁶ Idem.

⁷ Caracteriza atividades centradas na promoção de crédito para o desenvolvimento rural, tanto na área florestal como na agropecuária. Disponível em: <http://www.fomento.to.gov.br>.

Todos os assentados entrevistados aprovaram a qualidade da terra para o cultivo e realização de atividades agropecuárias. Segundo eles a qualidade da terra está de acordo com suas necessidades, inclusive se mostram muito satisfeitos com os resultados da produção. Conforme destacou a Sr^a Maria “é uma terra muito boa, abençoada por Deus”.

Também de acordo com esse relatório a aptidão agrícola encontrada em 1989, pelos pesquisadores do AGRAER é assim descrita:

Grande parte das terras do Assentamento possui características para lavouras, porém há necessidade de níveis de manejo diferentes para que se possa encaixar tais áreas para a agricultura. Existem áreas distribuídas somente para pastagem plantada, como também para silvicultura e/ou pastagem natural e existem aquelas sem aptidão agrícola indicada para preservação da flora e fauna. (AGRAER, 1989, p.04)

Atualmente, a respeito da utilização de máquinas, alguns dos assentados entrevistados já conseguiram adquirir seu próprio trator para trabalho na terra, aqueles que não possuem trator contratam os serviços da máquina da associação, sobre os quais são cobrados o combustível do trator e a diária do motorista que opera a máquina. Antes, as máquinas eram de terceiros vindos de outras áreas fora do assentamento, mas também havia no assentamento grande número de animais de serviço que eram utilizados em carrinhos de tração animal.

O armazenamento da produção no início do desenvolvimento do Assentamento Barra do Itá, era feito em um barracão, construído no centro comunitário. Este teria o objetivo de armazenar os produtos na época da safra, porém alguns assentados realizaram a construção de pequenos depósitos ou paióis⁸ para armazenar seus próprios produtos.

No que diz respeito à saúde, em 1989 a situação do atendimento era uma vez no mês sem estrutura para atendimento das famílias. Nos dias atuais, infelizmente a situação é praticamente a mesma.

No início a forma de comercialização era a venda de uma parte dos produtos para os vizinhos e outra parcela para os comércios dos municípios circunvizinhos. Os camponeses se uniam para transportar seus produtos, com o objetivo de diminuir os custos do transporte. Um aspecto importante a ser destacado referente à estrada que ligava a cidade ao

⁸ Depósitos construídos a partir da utilização de palhas.

assentamento não possuía asfalto, então havia demora assim como dificuldade para o transporte quanto à estrada não estava em boas condições de uso.

Ainda na fase de acampamento, por volta de 1985, os camponeses tiveram a instalação de uma “escola provisória”, esta foi estruturada em forma de barraco de lona. De acordo com o relatório da AGRAER, suas condições eram apenas para uso provisório, pois o ensino era “fraco” e atendia apenas os estudantes de 1ª a 4ª série.

Quanto à disponibilidade de energia na área nessa época (1989), era inexistente. De acordo com o assentado Sr. Camargo para que a eletricidade fosse instalada, os assentados tiveram de esperar quatro anos. Enquanto isso alguns parceiros utilizavam um motor gerador movido a combustível, os demais faziam uso de velas, lampião ou lanternas como fontes de energia. Segundo o produtor era complicado ficar sem energia, a chegada da rede elétrica trouxe mais conforto para a vida das famílias assentadas.

E quanto ao abastecimento de água para produção e consumo, o relatório da AGRAER, na época apresentou as seguintes considerações:

Já se encontra instalado no centro comunitário um poço semi-artesiano que abastecerá os lotes mais carentes de água, esse poço ainda não está em funcionamento, no momento os lotes onde não passam o córrego Itá e outros estão sendo abastecidos por poços. (AGRAER, 1989, p.13)

Mas essa situação, também era realidade no cenário nacional, como explica Norder (2004) apud Leone (1994)⁹:

No que se refere a infra-estrutura de serviços públicos, [...] no final dos anos de 1980 “ existiam no conjunto do país algo em torno de três milhões de famílias agrícolas de baixa renda com domicílio rural que não tinham sequer água encanada, fossa séptica e acesso à eletricidade.” (NORDER, 2004, p.221)

2.2.1. Características atuais do assentamento e seu entorno

Inicialmente no assentamento, foram formados 266 hectares de pastagens artificiais, onde o solo era preparado para a alimentação do gado, com predominância de gramínea do gênero braquiária.¹⁰ Dessa maneira os animais dos parceiros assentados seriam

⁹ Cf. LEONE, E.T., 1994.

¹⁰ A braquiária chegou ao Brasil vinda da África e hoje é o principal capim nas pastagens no país. Também é uma das grandes responsáveis pelo salto de desenvolvimento da agropecuária brasileira dos últimos 40 anos. Disponível em http://www.institutohorus.org.br/download/noticias/01_06_05_Globo_Rural_Invas_ao_da_braquiaria.htm

deixados nessas áreas para engorda. No período seco os animais deveriam receber suplementação de outros produtos para complementar a alimentação, como por exemplo: napier¹¹ adicionados de milho e mandioca triturada. Também na falta de alimentação para o gado poderia ser usado sal comum ou mineral.

Outro aspecto a ser destacado, com base em levantamento, é que na região onde o Assentamento Barra do Itá está localizado a pecuária é predominante, por ser em grande parte ocupada por grandes fazendas.

Pode-se dizer que a existência de muitas fazendas na região onde se localiza o assentamento influencia diretamente, nesse modo, que se observa, de cuidar do gado. O aspecto de preparação da área, preocupação com a engorda dos animais é característica principal de uma grande fazenda. Como a pecuária é uma atividade rentável, os parceiros adotam a mesma para complemento de sua renda, como por exemplo, o Sr. Oliveira “ Em um ano vendo 4 ou 5 cabeças para ajudar no orçamento.”¹²

2.3. Condições de Vida e Produção no Assentamento Barra do Ita na atualidade

Conforme afirmamos anteriormente a forma de obtenção dos lotes no início se deu por meio de cadastros nos Sindicatos Rurais das cidades vizinhas ao assentamento, mas atualmente, conforme a pesquisa realizada (Tabela 1), nem todos os assentados entrevistados estão na área desde o início.

Tabela 1- Modo de Obtenção do Lote dos Assentados Entrevistados no Assentamento Barra do Itá.

| Desde a formação | Comprou de terceiros | Arrendatário | Recebeu de herança | Mora na propriedade dos pais | Centro Rural |
|------------------|----------------------|--------------|--------------------|------------------------------|--------------|
| 5 | 5 | 1 | 1 | 2 | 2 |

O número de parceiros que se encontram no assentamento desde o início do seu desenvolvimento, atualmente, é reduzido, apenas cinco, conforme apresentado na tabela 1. Todavia, consideramos uma das principais fontes de informação sobre o assentamento, já que passaram por todas as fases anteriormente citadas e sofreram bastante no início principalmente na época em que ficaram acampados.

¹¹ Gramínea perene, natural da África, Apresenta relativa resistência á seca, frio e fogo. Disponível em: http://www.agrov.com/vegetais/gramineas/elefante_napier.htm

¹² Entrevista realizada em Agosto de 2011.

Então, pode-se dizer que todo o sofrimento serviu para aumentar a vontade de conquistar a terra. A Sr.^a Hordaliria relata “a vontade de ter minha terra era tanta que fez com que eu conseguisse lutar junto com meus seis filhos”¹³ (informação oral).

Vale destacar que de acordo com as entrevistas nenhum desses remanescentes, tem vontade de vender seu lote, pois não consideram sua terra um negócio e sim um meio de vida. Segundo Sr. Canteiro “ não aceito a venda da terra, me sinto tranquilo, toda pessoa precisa ter um lugar para morar”¹⁴(informação oral). Nesta fala do entrevistado transparece a idéia da terra como espaço de moradia e também como condição de reprodução da vida camponesa.

Cinco atuais parceleiros (Tabela 1) compraram dos primeiros assentados ou até de terceiros, mas continuam a trabalhar com a terra, retirando da mesma o sustento da família ou parte dele, por que já possuem a posse definitiva da (escritura) área a qual ocupa¹⁵. Aqueles que não fizeram parte do acampamento, mas que estão no assentamento há muitos anos já se encontram adaptados ao trabalho no campo, pois trabalhavam antes em fazendas da região ou tinham chácaras em outros locais.

No caso do arrendatário entrevistado, verificamos que o mesmo se encontra em ativo processo de produção na parte da parcela a qual arrenda. Dos de 35 hectares que são de posse do proprietário, ele ocupa apenas dezoito hectares. De acordo com seus relatos ainda pretende comprar todo o lote, mas por enquanto não possui condições financeiras para isso, porque acha que se a terra fosse sua legalmente ele se sentiria melhor, pois a situação do arrendamento o incomoda.

Também detectamos o caso da assentada que herdou a parte do lote onde produz, recebeu do sogro o qual era o primeiro proprietário do lote. Dos 25 hectares originais da parcela, a Sr.^a Maria herdou seis (06), pois todo o lote foi dividido para os seis filhos do falecido proprietário. Ela e sua família estão no assentamento há três anos e considera que atualmente possui melhor qualidade de vida, pois na cidade a vida é mais cara para manter a família com a mesma qualidade.

Para compreender essa situação, em termos de alimentação, transporte, condições de moradias e outros aspectos, nos pautamos nas considerações de Norder (1997), quanto a

¹³ Entrevista realiza em Agosto/2011

¹⁴ Idem.

¹⁵ Como o assentamento tem mais de vinte anos já foi emancipado, caracterizando- atualmente como uma comunidade rural.

diferença de custo e qualidade de vida entre os moradores do campo e da cidade. Segundo o referido autor:

[...] há uma menor necessidade de renda monetária por parte das famílias rurais com acesso a terra, quando comparada com a população urbana, resultando de dois fatores sociais: a) a presença de atividades de autoconsumo alimentar de sua produção; b) a menor incidência de pagamento de aluguéis para habitação. (NORDER, 1997, p. 202)

Nesse sentido, ainda cinco dos entrevistados fizeram esse comparativo de custo de vida no campo e na cidade, pois na terra conseguem produzir seu próprio alimento e não precisam pagar aluguel para ter moradia.

Investigando a situação de permanência dos parceiros no assentamento, encontramos dois casos de agregados, o primeiro caso é o da Sr^a. Marilene que mora em uma parcela dividida com seu pai. O total desse lote é de praticamente 60 hectares, sendo assim ela detém 30 hectares e o pai os outros trinta. A família está no assentamento desde a sua formação. Mas, de acordo com a assentada, apesar de o lote ser de propriedade do pai ela não se sente em sua terra. Por isso pretende futuramente deixar sua parte no lote e ir morar em um lugar que seja de sua propriedade.

O segundo caso de agregado conforme informação da Tabela 1 foi verificado no lote do Sr. Camargo, onde além da casa de moradia encontra-se a casa de sua filha. A mesma mora com o pai porque trabalha na escola da comunidade, e como não é parceira, mas apenas trabalhadora precisa do apoio do pai para permanecer instalada no lote.

Conforme demonstrado na Tabela 1, existem também no assentamento as pessoas que moram no centro rural (comunitário). Nesse caso, a estrutura de moradia é de apenas um terreno onde os moradores têm a permissão do INCRA para nele permanecer. Então conforme a procura dos interessados lhes é fornecida uma licença para instalação nesses terrenos.

A primeira moradora entrevistada da área do centro rural vive no local com o marido porque não possui espaço para produzir. Sua renda provém de um pequeno comércio montado na residência e do trabalho que o marido realiza como diarista em fazendas da região. O segundo entrevistado do centro rural Sr. Barcelos, consegue manter uma pequena produção. No seu caso, além de ter um terreno para morar o INCRA lhe concedeu mais três (03) hectares para que pudesse criar gado. Sua principal renda são as aposentadorias dele e da esposa, a venda do gado é apenas um complemento, pois são poucas cabeças devido a falta de espaço para manter a criação.

É importante destacar que nessas condições de instalação no centro rural não se consegue viver da renda da terra, é necessário possuir outra fonte de renda para que os mesmos consigam sobreviver morando no assentamento.

A partir da análise da situação de permanência apontada pela Tabela 1 partimos, então, do princípio de que discutir a reforma agrária hoje não perpassa apenas pela democratização do acesso a terra, mas também pela segurança alimentar, pela geração de emprego e renda no campo, pelas políticas de financiamento e crédito para viabilizar a produção camponesa de base familiar, pela produção diversificada e com respeito ao meio ambiente e, sobretudo pelo direito à cidadania¹⁶.

Fala-se em segurança alimentar, a partir da situação dos moradores do assentamento porque de acordo com Norder (1997, p.188) “o conceito de segurança alimentar reserva um lugar de destaque em torno da reforma agrária e da agricultura familiar. O mesmo autor ressalta a importância de se discutir as atividades agrícolas relacionadas à produção familiar:

O debate sobre a concentração fundiária no Brasil e as discussões acerca da reforma agrária, os programas de apoio a agricultura familiar podem representar não apenas uma ampliação da disponibilidade de alimentos no mercado, mas, além disso, o estabelecimento de novas relações entre sociedade e meio ambiente, e a conquista da alimentação e melhores condições de vida por significativa parcela da população rural que ainda sofre e continua lutando pelo acesso a terra. (NORDER, 1997, p.193)

Toda a produção extraída do assentamento provém do trabalho das famílias que, com a terra trabalham, sem vínculo empregatício. A produção de alimentos que se realiza no assentamento é para subsistência dessas famílias, sendo comercializado apenas o excedente. Isso também ajuda a manter a qualidade de vida dos parceiros, porque em sua produção não usam agrotóxicos ou outro tipo de suplemento.

A agricultura familiar ocorrente no assentamento poderia ser fortalecida por meio de incentivos e investimentos para esses agricultores de modo que garanta a melhoria da renda da comunidade. Tais incentivos podem proporcionar o desenvolvimento econômico e social para a comunidade. Nesse sentido Norder salienta que:

¹⁶Questões discutidas nas publicações on-line do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) /MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/noticias/item?item_id=4987922 e defendidas pela Via Campesina e MST.

A agricultura familiar não pode ser vista somente sob enfoque da oferta de alimentos para construção de segurança alimentar, mas como um segmento que é ao mesmo tempo produtor e beneficiário da segurança alimentar. Não se trata, portanto de se criar unidades produtivas familiares e simplesmente colocá-las diante das supostas forças de mercado, mas tomar a agricultura familiar e a reforma agrária como parte de um projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico, no qual as políticas agrárias, agrícolas e sociais venham a aumentar a oferta de alimentos e também a aperfeiçoar as condições de vida do conjunto da população rural, inicialmente com a conquista da segurança alimentar no campo.(NORDER,1997, p.221)

O aumento da produção de alimentos no assentamento acarretaria na geração de renda, melhorando cada vez mais a qualidade de vida de seus moradores, fortaleceria as relações sociais na comunidade, já que seria necessário que a mesma se unisse em torno da luta pelo desenvolvimento socioeconômico do assentamento.

Portanto, a conscientização político-organizativa do grupo, no sentido de reivindicar recursos para o assentamento é de fundamental importância para fortalecer a produção camponesa, pois o oferecimento de melhores condições de trabalho através de instrumentos e insumos aumentaria a produção dos assentados para o comércio e assim, conseqüentemente melhoraria as condições de vida das famílias assentadas.

CAPÍTULO III - SITUAÇÃO ATUAL DO ASSENTAMENTO BARRA DO ITÁ NA PERSPECTIVA SOCIAL E ECONÔMICA

3.1. Características da produção no assentamento

Atualmente no assentamento Barra do Itá encontram-se famílias que desenvolvem atividades diversificadas, todavia todos os entrevistados são da mesma opinião quanto à fertilidade do solo.

Porém cabe destacar que apesar do solo ser fértil nem todos os parceiros entrevistados trabalham com plantação. Verificou-se por meio das entrevistas que, sobretudo os aposentados que vivem no assentamento por questões de saúde, preferem usar sua terra para o uso da pecuária, tanto na condição de própria como na forma de arrendando. O resultado observado é que no total de sete aposentados entrevistados, os quais desenvolvem essa atividade, quatro deles a destinam para o corte e três comercializam leite. No caso do arrendamento constatou-se três casos em que os parceiros arrendam seu pasto, cabe destacar que os mesmos são aposentados e que o arrendamento é feito por cabeça de gado e o preço pago pela mesma é de R\$ 14,00. Nesse caso é possível observar que o arrendamento se caracteriza também como um complemento em sua renda.

É claro que muitas vezes a terra necessita de certos cuidados para receber determinadas plantações. Como já referido no capítulo anterior, os parceiros dispõem de um trator de posse da associação, que é disponibilizado para a formação de pasto ou preparação da terra para o plantio.

Quanto à variedade de cultivo nos lotes do assentamento, existem hortas com salsinha, cebolinha, couve, alface; plantação de banana, mandioca, melancia, abóbora batata, feijão, arroz, milho, mamão, cana-de-açúcar, maracujá, abacaxi. Cabe destacar que dentro do universo investigado verificamos dez casos em que esse cultivo é apenas para consumo da família assentada. Em relação aos animais, há em todas as parcelas a criação de gado, e com poucas exceções há também criação de porcos, galinhas, carneiros em pequenas quantidades apenas para subsidiar a alimentação da família.

A Tabela 2 apresenta a relação dos produtos que são cultivados no assentamento, assim como a criação de animais, sendo, portanto a fonte de renda dos quinze entrevistados. É

interessante observar a diversidade da produção e quantidade de parceiros que conseguem manter, mesmo que apenas para subsistência, a sua produção de alimentos.

| Assentados | Produção agrícola | Criação de animais | Produção para subsistência | Produção comercial | Forma de obtenção de renda |
|------------|--|---------------------------------|--|--|--|
| 1 | Mandioca, horta | Gado, porcos, galinha | Mandioca, horta | Leite | Aposentadoria, venda do gado, leite e bolsa família |
| 2 | Mandioca, cana de açúcar | Gado, galinha, porco e ovelha | Mandioca | Leite | Aposentadoria, venda do leite, e renda do hotel |
| 3 | - | Porco | - | Eucalipto | Comercio |
| 4 | Horta | Gado, porco, galinha | Horta | - | Aposentadoria, arrendamento e bolsa família |
| 5 | - | Gado, porco, galinha | - | Gado | Aposentadoria, arrendamento |
| 6 | Mandioca | Gado, galinha | Mandioca | Leite | Aposentadoria, leite |
| 7 | Mandioca, horta, batata | Gado, porco, galinha | Mandioca, horta, batata | - | Diarista, bolsa família |
| 8 | Mandioca, banana | Gado | Mandioca, banana | Gado | Aposentadoria, venda do gado e bolsa família |
| 9 | Mandioca, batata, melancia, abobora | Gado, porco, galinha | Mandioca, batata, melancia, abobora | Leite, gado e parte da produção agrícola | Leite, gado , parte da produção agrícola e bolsa família |
| 10 | Mandioca, mamão, batata, abobora | Gado, porco, galinha | Mandioca, mamão, batata, abobora | Leite e gado | Leite e gado |
| 11 | - | Gado, porco, galinha | - | Gado e eucalipto | Aposentadoria, gado, eucalipto e arrendamento |
| 12 | Feijão, milho, banana , mandioca e horta | Gado | Feijão, milho, banana e mandioca | Leite | Aposentadoria, leite |
| 13 | Feijão, milho, banana , mandioca e horta | Gado, porco, galinha e carneiro | Feijão, milho, banana , mandioca e horta | Leite | Leite e venda do gado |
| 14 | Feijão, milho, horta | Gado | Feijão, milho e horta | Gado | Gado, comercio na cidade |
| 15 | Mandioca | Gado | Mandioca | Gado e Eucalipto | Gado e Eucalipto |

Tabela 2: Produção das famílias assentadas entrevistadas.

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

A partir da análise da Tabela 2, percebe-se que seis (06) dos 15 entrevistados possuem cultivo de horta irrigada, com variedades de legumes e verduras, essa produção é específica para complementar a alimentação da família.



Foto 1: Mostra a horta em um dos lotes visitados
Fonte: pesquisa de campo – 2011.

Ainda de acordo com a produção agrícola encontrada no assentamento, conforme dados da Tabela 2 existem diversos tipos de culturas agrícolas como feijão, arroz, milho e outros.

É importante salientar que a cultura que se destaca, não só no assentamento, mas também em toda a região é a mandioca. Isso se deve a facilidade de cultivo, já que não precisa de uma época determinada para plantação, o processo envolve apenas a preparação do solo, o plantio, a manutenção e a colheita. Em qualquer estação observa-se a existência desse produto nas pequenas propriedades.

Além da produção de alimentos, no que diz respeito à produção agrícola, vale destacar que dois parceiros, fazem a plantação de eucalipto. Essa cultura vem ganhando força na região nos últimos anos. O único objetivo que se tem a partir da plantação do eucalipto no assentamento é aumentar a renda da família, conforme se observa no item sobre obtenção de renda apontada na Tabela 2. De acordo com os parceiros entrevistados esse eucalipto comercializado é destinado às madeireiras da região.

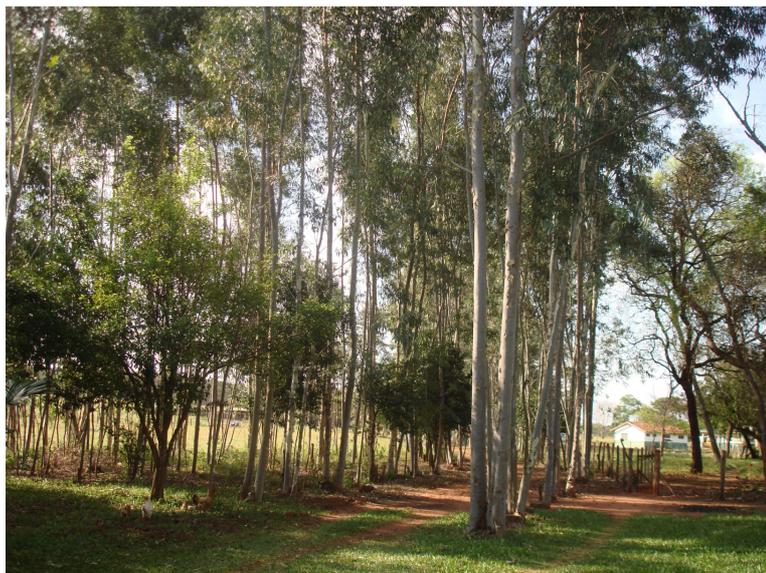


Foto 2: Pequena plantação de eucalipto em um dos lotes
Fonte: Pesquisa de campo – 2011.

Quanto à criação de animais, praticamente em todas as parcelas acontece essa atividade é desenvolvida. Desde criação de gado a outras criações como porcos, galinhas e carneiros existe de maneira aleatória entre os parceiros. Dez possuem essa variedade em termo de criação de animais. Com base na análise da Tabela 2, verifica-se que essas criações são destinadas apenas para o consumo da família, apenas o gado é comercializado.

Há apenas, um caso, em que a pecuária é a principal atividade produtiva do lote. Mas nesse caso conforme a entrevista descobriu-se que o mesmo é de propriedade de uma empresária da cidade. A proprietária mantém um casal assalariado para cuidar do lote. Vale destacar também que além dessa parcela, ela arrenda áreas de pasto para criar mais gado.

Essa proprietária, apenas visita seu lote nos finais de semana. Seu objetivo é adquirir renda através da pecuária, mas alega que apesar dos investimentos os resultados do ponto de vista econômico não são satisfatórios. Desse modo, sua principal fonte de renda é a sua empresa. Então, para ela a parcela fez com que ela “tomasse gosto pela pecuária”¹⁷ (informação oral) e para expandir o seu novo ramo ela pretende vender essa parcela, cancelar os arrendamentos e comprar uma fazenda para criar todo o seu gado em apenas um lugar.

¹⁷ Entrevista realizada em Setembro de 2011.

3.2. Análise da obtenção de renda

De acordo com as entrevistas e conforme apresentado na Tabela 2, existem várias formas de aquisição de renda no assentamento, pois existe produção agrícola, criação animal, assim como trabalhadores que buscam sua renda fora do assentamento.

Muitos assentados, por já se encontrarem aposentados possuem renda fixa. Mas no geral todos eles possuem outra fonte de renda, como por exemplo, a venda do leite ou do gado, o arrendamento do pasto. Há ainda o caso específico do Sr. Santos, cuja família possui um empreendimento em outra cidade. Todavia o mesmo alegou que só recebe o apoio financeiro da família quando há necessidade.

A única variedade animal a ser comercializada pelos parceiros é o gado. Nesse sentido muitos vendem algumas cabeças por ano, caso haja necessidade de se obter dinheiro para suprir alguma emergência, outros pela necessidade de “folgar o pasto”, como destacou o Sr. Oliveira ¹⁸(informação oral). Como é apenas um lote não é possível criar expressivas quantidades de gado. Na maioria dos casos são vendidos os bezerros por ter maior importância na escala comercial da região.

O arrendamento, também é uma fonte comum de renda para alguns dos parceiros. Para isso são assinados, previamente, contratos de acordo com valores e tempo de validade do mesmo. Dessa forma o modo de pagamento ocorre por cabeça de gado que está no lote, muitos dos que arrendam parte de suas parcelas são aposentados conforme informações contidas na Tabela 2.

Há dois casos específicos de pessoas que dependem da renda obtida através de comércio. O primeiro já observado no capítulo anterior, cuja moradora montou um pequeno comércio em sua casa. O segundo é o do Sr. Volpato, sua família administra um pequeno comércio na cidade, que também colabora em sua renda mensal.

Outra fonte de renda encontrada no assentamento é o recebimento do programa do governo federal Bolsa Família, no caso das famílias que tem filhos que ainda estão na escola. É uma ajuda válida para essas famílias que em muitos casos só tem a alimentação que retiram através de sua produção, logo, como essa produção não é comercializada, é necessário obter ajuda financeira, para comprar roupas, remédios e produtos que venham ser para manutenção da casas de modo geral.

¹⁸ Entrevista realizada em Agosto de 2011.

Um caso que merece destaque é o dos trabalhadores que precisam buscar renda fora do assentamento, os trabalhadores que são diaristas e trabalham em fazendas da região, isso ocorre porque a renda da terra não é suficiente para manter a qualidade de vida de sua família. Esse caso não é isolado, tem sido cada vez mais freqüente os camponeses deixarem suas terras em busca de trabalho na cidade.

Nesse sentido como relata Graziano da Silva:

[...] um número crescente de pessoas que residem em áreas rurais estão hoje ocupadas em atividades não-agrícolas. [...] como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas etc. [...] Enquanto isso, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente, a uma taxa de 1,7% ao ano. (2001, p. 39)

A falta de condições financeiras para investir na produção e manter o sustento da família conduz, portanto, muitos camponeses assentados a se ocuparem em atividades remuneradas fora ou dentro do próprio assentamento.

Um exemplo de trabalho assalariado dentro do assentamento é o caso do casal que trabalha na manutenção do lote de propriedade da empresária, conforme o item anterior. Nesse caso a família trabalha com a produção e manutenção do lote, mas não mora em sua própria propriedade e recebe ordens para o desenvolvimento de suas ações.

3.2.1. A produção de leite

Nas propriedades onde ocorre a criação de gado, é realizada também a extração do leite. A existência de um resfriador¹⁹ no assentamento possibilitou a comercialização do leite. Assim, a maioria dos parceiros entrevistados que criam gado participa dessa atividade.

Três assentados relataram que fizeram empréstimos para comprar vacas leiteiras, para entregar leite no resfriador, como é o caso do Sr. Volpato, que adquiriu oito vacas através de créditos de investimentos, e atualmente entrega 50 litros de leite por dia.

A quantidade de leite que esses produtores entregam diariamente varia, mas a média é de 20 litros. Porém vale destacar que o clima e as condições de pastos são fatores que influenciam na quantidade do leite a ser extraído. Assim, de acordo com a Sr^a Lenice existe as

⁹ Equipamento que têm a finalidade de retirar o calor contido no leite, baixando a temperatura ao nível no qual a proliferação de bactérias se torna quase zero. Disponível: <http://www.cesarnatal.com.br/ordenhadeira-mecanica/tanque-resfriador-de-leite-etscheid.html>

épocas de “pico” de produção, mas geralmente é no inverno/entressafra que essa produção diminui.

A entrega ao resfriador é feita diretamente pelos próprios assentados. Os mesmos utilizam seus veículos para realizar a entrega. No local onde se encontra o resfriador, fica uma secretária encarregada de atendê-los e anotar a quantidade de leite que é entregue.

O leite é armazenado, e de acordo com o Sr. Oliveira, uma vez ao mês é levado para a cidade de Glória de Dourados – MS, porque é comprado pelo Laticínio Líder instalado na referida cidade. Quanto ao pagamento da produção, o Sr. Santos destacou que o mesmo é efetuado por meio de depósito diretamente na conta do produtor.

Logo, o leite é vendido para uma empresa privada, o que descontenta alguns parceiros como o Sr. Volpato que relata: “deveria ser formada uma cooperativa de leite, pois assim toda a renda ficaria concentrada no assentamento”²⁰. (informação oral). O parceiro considera que se houvesse uma cooperativa para comercializar o leite produzido no assentamento a participação dos parceiros seria maior.

Destaca-se então, que o leite é uma importante fonte de renda para os parceiros, sendo que para três deles é a principal fonte de renda e, para outros representa um complemento da renda mensal (Tabela 2). A Sr^a Ivanir destaca que “se não houvesse no assentamento o resfriador, seria muito difícil, não sei de onde tiraria minha renda²¹.” (informação oral). Os outros entrevistados, que não participam da comercialização, também consideram importante a existência do resfriador em vista da geração de renda. Inclusive alguns dizem ter intenção de participar, o principal motivo atual de não estarem comercializando o leite é a falta de animais. Os demais não participam por falta de vontade, ou por estarem com idade avançada retirando o leite apenas para o consumo. No caso da Sr^a Erotilde, que mora no centro rural, não possui gado, logo não tem como produzir leite.

Então, a produção e comercialização do leite devem ser consideradas uma fonte de renda segura para vários moradores, que alegam ser de grande importância a existência do mesmo para promover a melhoria das condições de vida e complementação da renda familiar.

3.3. Aspectos da Organização do Assentamento

A associação de moradores existe desde a formação do assentamento, pois foi o principal mecanismo de organização social dos parceiros. Todos os moradores consideram

²⁰ Entrevista realizada em Setembro de 2011

²¹ Idem.

importante a existência da associação para obtenção de recursos e melhorias para a comunidade.

O objetivo inicial da associação seria unir a comunidade e organizá-la e, dessa maneira construir um assentamento economicamente forte e sem conflitos.

Porém de acordo as entrevistas isso não está acontecendo nesse momento, pois ao invés de organizar a comunidade é a associação que está desorganizada. A comunidade se encontra dividida entre a aprovação e a desaprovação da atual presidência.

Atualmente, a associação conta com uma comissão de administração recém-eleita, mas acontecem muitos conflitos devido o presidente eleito da mesma ser arrendatário no assentamento e a vice-presidente não ser parceira. Porém de acordo com ajustes no regimento da associação ela pode ocupar esse cargo.

Segundo relatos da vice-presidente, de acordo com o estatuto um arrendatário e uma parceira não podem estar a frente da associação, porém no mesmo estatuto existe um clausula que afirma que se a comunidade fizer uma reunião e na mesma estiver presente 50% mais 1 dos parceiros o estatuto poderá ser alterado. Então, de acordo com ela foi exatamente isso que aconteceu, e afirma ainda: “existe uma ata dessa reunião que é a prova de que o estatuto foi alterado”.²²(informação oral)

A verdade é que a comunidade não conseguiu unir-se para montar outra chapa de concorrência com a atual, porque a eleição foi disputada apenas por uma comissão.

Os conflitos são na maioria dos casos de ordem pessoal. Ao que parece o que falta para a comunidade é união para que trabalhem juntos pelo bem de todos. Com esses conflitos, quem acaba por sofrer as conseqüências é a comunidade em geral, pois não conseguem obter união para atrair recursos.

A associação se encontra com muitas dívidas, pois por muitos anos deixou de declarar isenção do imposto de renda, o que acarreta em multa. A associação é isenta do pagamento do imposto, mas precisa declarar a sua isenção. Logo, a mesma precisa regularizar sua situação para conseguir receber recursos.

A atual presidência da associação tem projeto de instalação de cooperativas de outros produtos na comunidade além do leite. Para isso o mesmo alega que seria necessário o interesse dos parceiros em diversificar sua produção, como por exemplo: mandioca, melancia, laranja.

²² Entrevista realizada em Setembro de 2011

O que se pode afirmar é que a comunidade tem potencial para montar essas possíveis cooperativas, devido a diversidade de produtos que os trabalhadores conseguem produzir.

3.4. A Atual Estrutura dos Serviços a Comunidade

O centro comunitário é um barracão com uma pequena área fechada que é ocupada apenas para guardar cadeiras, e também há banheiros na parte de fora das instalações. Esse local é ocupado para reuniões da comunidade e também para festas promovidas pela associação.

No centro rural, também existe um espaço para quadra de esportes, escola, igreja e comércio. No que diz respeito aos esportes existe um campo de grama, onde pode ser jogado futebol, mas atualmente encontra-se praticamente abandonado, precisa de uma reforma para poder servir como área para lazer dos parceleiros que gostam de praticar esportes.

Existe no assentamento apenas uma escola municipal de ensino fundamental. Atualmente ela funciona apenas no período vespertino devido ao número reduzido de alunos, caracterizando assim uma forma da prefeitura reduzir os gastos.

Todos os professores moram na cidade de Bela Vista – MS ou em áreas próximas do assentamento, nenhum professor é parceleiro, sendo assim a prefeitura disponibiliza transporte que tanto os professores como os alunos consigam chegar até a escola.



Foto 3: Entrada Principal da Escola do Assentamento
Fonte: Pesquisa de campo – 2011

Praticamente, todos os assentados consideram de extrema importância a existência da escola na comunidade, para que os assentados se sintam tranquilos com seus filhos

estudando próximos de casa, muitas crianças que estudam na escola da comunidade tem a comodidade de ir de transporte público.

Todavia como a escola possui apenas o ensino fundamental (1º ao 9º ano) caso os filhos dos assentados queiram cursar o ensino médio precisam pegar ônibus disponibilizado pela própria prefeitura para irem até a cidade estudar.

Conforme informado no capítulo anterior desde a época em que os camponeses estavam acampados já existia uma escola provisória. Mas de acordo com relatos do Sr. Canteiro a estrutura atual da escola foi construída em 1999, 12 anos após o início do assentamento.

No caso da saúde existe um pequeno posto de saúde para atendimento, porém não está em funcionamento, o atendimento médico nesse posto ocorre geralmente uma vez a cada dois meses; uma agente comunitária de saúde atua em toda área do assentamento e também em outras comunidades rurais da região. Sua visita as famílias também não é freqüente, além de não haver distribuição de remédios para a comunidade.



Foto 4: Situação Atual do Posto de Saúde
Fonte: pesquisa de campo - 2011

Em resumo se os moradores necessitarem de atendimento médico urgente, a única alternativa é se deslocar para a cidade de Bela Vista ou Antônio João.

Quanto à distribuição da água, verificou-se que todos possuem água encanada, seja através de poço artesianos ou pela distribuição da empresa que atende o município de Bela Vista. – SAAE (Serviço Autônomo de água e Esgoto), sendo assim recebem a conta para pagar todo mês igual às pessoas que moram na cidade.

De acordo com Sr. Barcelos um parceleiro é encarregado de cuidar da manutenção do poço, ou seja, da limpeza, vistoria, etc.

Quanto ao saneamento básico praticamente todos os lotes possuem fossa séptica.



Foto 5: Poço que Abastece as Casas das Famílias no Assentamento
Fonte: Pesquisa de campo - 2011

Em termos de assistência técnica, os assentados nunca receberam nenhuma visita para análise técnica da terra. A mesma é preparada pelos próprios parceiros. As análises só aconteceram na época da implantação do projeto do assentamento, e alguns anos após o início de seu desenvolvimento, mas nos últimos anos foram visitados apenas os lotes que iniciaram cadastro para realização de investimento de custeio.

Outro problema que preocupa os moradores é a situação das estradas de acesso ao assentamento que não apresentam boas condições para tráfego. Desse modo se tornam um impedimento para que os produtores consigam transportar seus produtos para comercializar em outros lugares.

Com base nesse levantamento de campo foi possível apreender que em relação às condições de infra-estrutura no assentamento há um profundo descaso do poder público pela comunidade, especialmente quanto ao posto de saúde e às instalações das estradas de acesso.

Assim, a melhoria das condições de produção na terra e de reprodução da vida e da condição camponesa perpassa não pelo esforço e união do da comunidade, mas também pelo comprometimento do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração desse trabalho, que foi pautado na pesquisa bibliográfica e documental para retratar as questões abordadas, considera-se que a questão da terra no Brasil revela a realidade rural brasileira, a qual apresenta além de problemas estruturais, sérios problemas sociais como fome e miséria para as famílias envolvidas nessa questão, os quais estão relacionados ao processo de constituição da propriedade privada da terra e de desenvolvimento do capitalismo no campo e, conseqüentemente a concentração e má distribuição das terras.

A luta pela terra não termina no ato de sua conquista, porque ela continua a partir do momento em que as famílias precisam da terra conseguida para retirar o seu sustento, conseguindo assim alcançar a função social da de sua terra e dignidade para sua sobrevivência.

A reforma agrária apontada como solução para o problema da questão agrária se torna cada vez mais distante devido aos devaneios causados pelo capitalismo e o descaso do Estado ao se observar suas ações neoliberais. É necessário refletir a respeito dos aspectos positivos que a Reforma Agrária pode apresentar como destaca Oliveira:

No Brasil é quase consenso, que qualquer alternativa de remoção da exclusão social neste país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social no mínimo, uma parte dos pobres. Mas a Reforma Agrária é também, econômica, porque ela certamente levará a um aumento ainda maior da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. Mas a Reforma Agrária tem que ser também política. Tem que ser instrumento através do qual, esta parcela da população conquista a cidadania. (OLIVEIRA, 2007, p.146)

Portanto, a Reforma Agrária pode ser considerada um alicerce para a transformação social da nossa sociedade, trazendo bem-estar para as famílias que buscam trabalhar com dignidade no campo.

A atual estrutura fundiária com altos investimentos tecnológica em sua produção só faz aumentar essa desigualdade, pois com o campo modernizado não se há mais a procura pelo trabalho camponês.

Mas, deve-se destacar que, em maioria, as grandes fazendas produzem para exportação. Então, a base da produção alimentar brasileira é a pequena propriedade, onde se realizam as produções que abastecem o comércio, e conseqüentemente a mesa dos brasileiros.

A questão agrária gera conflitos, porque a sociedade ao passar do tempo vem adquirindo direitos logo, grupos de pessoas se unem em busca de um país mais igualitário. O modo capitalista de produção que causa tanta desigualdade vem sendo combatido pela própria sociedade, dessa forma, o camponês não luta apenas por um pedaço de terra e sim por dignidade e condições melhores de sobrevivência para sua família.

O aspecto de formação de movimentos sociais fortalece a sociedade, porque se não houver união, certamente os problemas sociais nunca serão amenizados se deixados apenas a encargo do Estado. Mas esses movimentos através de suas ações apresenta resultados como explica Oliveira:

A pressão social feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC há ampliar os assentamentos. Este fato mostra que a reforma agrária antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social. (OLIVEIRA 2007, p.142 – 143)

O movimento que luta pela terra busca diminuir a desigualdade territorial no país, pois como já foi citado anteriormente, a grande maioria das terras brasileiras estão concentradas nas mãos de poucos e a produção alimentar brasileira está ligada a pequena propriedade, então a redistribuição de terras ajudaria no aumento da produção de alimentos para o país e na geração de renda para os trabalhadores rurais.

A partir dos resultados na pesquisa no Assentamento Barra do Itá, é possível perceber que essa luta pela terra não é um processo fácil para as famílias sem-terra, toda a dificuldade enfrentada nos acampamentos com a falta de condições mínimas de sobrevivência, faz com que os trabalhadores cada vez se sintam mais esquecidos pelo poder público. Nas entrevistas realizadas, nenhum dos parceiros se mostrou estar satisfeito ao passar por essa fase, todos afirmaram ser uma época de muita dificuldade por não terem conforto algum morando em barracões. Então, a partir desses relatos pode-se imaginar as dificuldades das famílias que estão em morando em barracos atualmente, em todo o Brasil.

A demarcação de terras no Barra do Ita não resolveu os problemas dos trabalhadores, as dificuldades continuam para iniciar o trabalho de produção na terra, a falta de estrutura nas casas e no assentamento em geral. Havia falta de energia, de água, de material

e insumos para iniciar a produção. Com o passar dos anos os problemas de energia, água e moradia foram sendo resolvidos, mas mesmo com melhoras nas condições de vida muitos trabalhadores acabaram desistindo e abandonaram o assentamento, como se observou nesse trabalho.

Os motivos, os quais fizeram com que esses trabalhadores partissem podem ser inúmeros: falta de adaptação com a terra, dificuldades financeiras, procura por um lugar melhor para sobrevivência; isso contribuiu para que as terras se tornassem um instrumento de negócio, como se sabe muitos parceleiros que estão no assentamento atualmente compraram suas parcelas.

Esse aspecto foge, portanto, do propósito da reforma agrária, tendo em vista que um assentamento se inicia com a distribuição de terras para os camponeses, a partir do fracasso desses no trabalho com a mesma, a terra se transforma numa mercadoria a ser vendida.

É crescente o número de trabalhadores que precisam deixar sua propriedade para buscar trabalho assalariado, já que não possui recursos para sobreviver na terra, o mesmo precisa buscar novas fontes de renda, o que enfraquece seu contato com a terra.

Mas apesar de todos esses fatos que fazem parte da realidade não só do assentamento estudado, mas de muitos outros assentamentos e propriedades espalhadas por todo o país, é possível encontrar muitas pessoas que fazem com que a terra seja sua principal fonte de sustento e dignidade. Pois dela retiram sua alimentação, assim como renda para sobreviver.

De qualquer modo, a produção no assentamento é satisfatória para as famílias, pois muitas delas conseguem sobreviver apenas do trabalho com a terra, porém outras precisam de fontes alternativas de renda. Apesar do trabalho pesado as famílias gostam de estar em contato com o meio rural. A maioria dos assentados entrevistados, principalmente os remanescentes não tem por objetivo vender seus lotes, porque não vêem que pode existir um lugar melhor para poderem continuar sua sobrevivência.

Pode existir alto padrão de qualidade de vida e produção na pequena propriedade, para isso é necessário, que haja mais eficiência nas ações do Estado perante a reestruturação do espaço agrário brasileiro e investimentos para beneficiar o trabalho dos camponeses, pois não se deve esquecer que as pequenas propriedades, também são de fundamental importância para o crescimento econômico do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRAER, Roteiro para elaboração do Projeto definitivo do Assentamento Barra do Itá, 1989.

AGRAER, Levantamento de descrição da área do Assentamento Barra do Itá, 1990.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **O sentido da reforma Agrária no Brasil dos anos 90.** Caderno Prudentino de Geografia: Geografia e Globalização. Presidente Prudente: AGB, 1996.

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. **Geografia Geral e do Brasil.** volume único. São Paulo: Ática, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Movimento dos Sem Terra e a sua Significação.** Merrata – Revista de Geografia da UFC. Vol.1. Nº 2, 2002.

CARTER, Miguel. **Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil.** Capítulo 1. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/ Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELGADO, Guilherme Costa. **A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil.** Capítulo 2. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/ Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial.** Capítulo 3. Luta pela terra reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil/ Antônio Márcio Buianain (coord.) et al. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2008.

FOSCHIERA, Atamis Antônio. **Movimentos Sociais: Novos Rumos?** Capítulo 3. Geografia e Trabalho no Século XXI/ Antônio Thomaz Júnior, Luzimar Barreto França Júnior (orgs). – Presidente Prudente: Centelha, 2010.

JUNIOR, Antônio Thomaz. **Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos.** Geografia e Trabalho no Século XXI/ Antônio Thomaz Júnior, Luzimar Barreto França Júnior (orgs). – Presidente Prudente: Centelha, 2010.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceito e medida.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária, o Impossível Diálogo sobre a História Possível (ou a arte de não fazer política, fazendo).** Capítulo 2. Reforma Agrária: O impossível diálogo. 1ª Edição – 1 reimpresão – São Paulo: Editora da USP, 2004.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal: Assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento Taquaral - MS.** –Dourados, MS: UEMS/UFGD, 2009.

Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Superintendência Estadual de Mato Grosso do Sul. Ordem de Serviço INCRA/SR-16/Nº 26 de 02 de Junho de 1992.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1980. 1ª edição.

NORDER, Luiz Antônio Cabello. **Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar no Brasil.** Capítulo 7. CALZAVARA, Oswaldo. LIMA, Rodne de Oliveira. Brasil rural e Contemporâneo: Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão. Londrina: Eduel, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva.** Entrevista. Disponível em: <http://blog.controversia.com.br/2011/02/14/> (último acesso em 14 de maio de 2011).

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1º Edição. São Paulo: FFLCH, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. *In Desenvolvimento Territorial e Agroecologia* / Adilson Francelinoi Alves, Beatriz Rodrigues Corrijo, Luciano Zanetti Pessoa Candioto (organizadores) –1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SALLES, Adilson. **Sobre a questão agrária e as Ligas Camponesas**. *Jornal Palavra Operária*. N° 032, 2007

SILVA, José Graziano da. **Distribuição de renda, preço dos alimentos e padrão de desenvolvimento agrícola**. Capítulo 5. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária?** – São Paulo. Brasiliense, 2007.. – (Coleção primeiros passos; 18)

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **Discursos em confronto no Território da Luta pela Terra**. Capítulo 4. Geografia e Trabalho no Século XXI/ Antônio Thomaz Júnior, Luzimar Barreto França Júnior (orgs). – Presidente Prudente: Centelha, 2010.

Sites de Internet

BATISTA, Lucione Souza. Foschiera, Atamis Antônio. JUNIOR. Antônio Tomaz. **Organização e atuação dos Movimentos do Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO**. *Revista Pegada* – v. 10, n.1. Junho, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA101/09atamis.pdf>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (promulgada em 5 de outubro de 1988) Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br>

_____ **LEI N° 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm

MIRANDA, Camila Maximiano. CASTILHO, Neuza Aparecida Novais. CARDOSO, Vanessa Cristina Carvalho. **Movimentos Sociais e Participação Popular: Luta pela**

conquista dos direitos sociais. Revista da Católica, Uberlândia, v.1, n.1, p.176 – 185, 2009.

Disponível em: www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Rodrigues, Lidiane Candido. **Acampamento antes: doze anos de luta em busca de um território de esperança.** Disponível em

<http://www4.fct.unesp.br/ceget/A33.df>

REFORMA agrária: **imaginário brasileiro, cidadania e questão ambiental.** NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural)/MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) – Notícias. Publicado em: 13/11/2006. Disponível em: http://www.nead.gov.br/portal/nead/noticias/item?item_id=4987922 (último acesso em: 17 de maio de 2011).

<http://www.mst.org.br> acessado em 30/04/2011 às 21h: 14m

<http://www.incra.gov.br> (último acesso em: 11/05/2011)

<http://www.fomento.to.gov.br> (acessado em 11/11/2011 às 14h43m)

<http://www.mabnacional.org.br> (acessado em 09/11/2011 às 20h 27 m)